

https://jornal.usp.br/artigos/por-uma-nova-normalidade/?fbclid=IwAR1K5d_BmR0BNuf1-KhtXJhS4zRBumvcaKzDgHgneTImYjPUMfLaC_JbEaU

JORNAL DA USP

■ Artigos

- 29/05/2020

Por uma nova normalidade

Por Camila Braga, pós-doutoranda no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP e pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI-USP)

Editorias: Artigos - URL Curta: jornal.usp.br/?p=325602



Camila Braga –
Foto: Acervo
pessoal

Hoje, todos falam em um “novo normal” ou a “nova normalidade” para a qual retornaremos, lenta e gradativamente, nos próximos meses. O que não quer dizer que em poucos meses o Sars-Cov-2 deixará de ser uma ameaça à vida humana, ou que o número de infectados por covid-19 ter-se-á reduzido dramaticamente. Pelo contrário. Esse “novo normal” que abunda na mídia busca preparar as pessoas para enfrentar a nova ameaça mudando suas práticas de higiene e convívio social. Escolas, hospitais, comércios, empresas e serviços públicos e privados terão que adotar novos protocolos para se reajustar ao mundo enfermo de ora em diante. Saímos às ruas cientes de nossa vulnerabilidade, conhecendo os riscos e buscando, através de novas práticas preventivas, minimizá-los. No universo de narrativas que ajudam a construir esse novo normal, a resiliência emerge como a ponte de uma flecha disparada em direção ao

futuro incerto para o qual caminhamos. Resiliência, em geral, indicaria a capacidade de um sistema, indivíduo ou objeto em lidar com choques, traumas ou eventos adversos, resistindo, adaptando-se ou se autotransformando. A finalidade é preservar ou assegurar a continuidade de sua existência sem alterar as propriedades básicas desta, ou seja, os fatores determinantes da existência como tal. Portanto, sociedades resilientes emergem sobre três tipos de impulsos sociais: resistência, adaptação e transformação.

Analisando o presente, porém, vemos governos e sociedades reagindo basicamente de duas formas: por um lado, adaptam suas práticas sanitárias e de convívio social, promovem o distanciamento social e o fechamento de espaços públicos. A circulação de pessoas e veículos é restrita e monitorada. Fronteiras são fechadas para a circulação de pessoas e a migração, arbitrariamente criminalizada no passado, torna-se de fato uma “nova ameaça” para o mundo enfermo e suas populações de infectados. Por outro lado, há aqueles que reagem contra essas novas práticas, tendo como arma os dados alarmantes de retrocesso nas principais economias mundiais. Buscando controlar o pânico social, diminuem o problema em seu entorno; a covid-19, de pandemia com quase 300 mil mortes registradas no mundo, é comparada a uma “gripe”, assim como a influenza ou a H1N1. Vale ressaltar que tanto a influenza quanto a H1N1 produziram pandemias no passado, no entanto, possuem fatores de contágio em infecções secundárias menores que a covid-19 e para ambas já existem vacinas. Claro, indivíduos ainda padecem e padecerão dessas três enfermidades por um longo tempo. Por quê?

O vírus tem um único objetivo: sobreviver. Resiliente a sua maneira, esse micro-organismo está constantemente sofrendo mutações. As sociedades humanas, por seu turno, resistem ou se adaptam às adversidades provocadas pela enfermidade associada ao vírus. Portamos máscaras nas ruas e fazemos uso abundante de artigos de higienização e desinfecção. O acesso à água potável, sempre um direito básico, transforma-se num recurso de defesa e sobrevivência. Os muros de nossas casas e condomínios se transformam em cordões sanitários e nossos lares, simbolicamente, em locais de proteção. Nesse mundo enfermo e suas sociedades de infectados, as fronteiras sociais se reduzem ainda mais. O medo, a paranoia, o estresse e a ansiedade, velhas psicoses sociais, tornam-se instrumentos essenciais no controle social, conformando-nos a uma série de medidas que buscam ampliar o controle do Estado sobre a sociedade. Outrora, em tempos de paz, algumas dessas medidas seriam impensáveis. Paradoxalmente, justificam-se agora como necessárias para garantir que continuemos nossas vidas “como antes”.

O cenário é familiar? Em menor escala, recordamos a pandemia de H1N1 em 2009, a chamada gripe A. Contudo, embora esse cenário espelhe o presente de alguns, certamente não é igual para todos. Como afirmou recentemente o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, [“a morte não é democrática”](#). Em um mundo em que cerca de 1,3 bilhão de pessoas ainda lutam para satisfazer suas necessidades básicas, o isolamento social – tal como descrito acima – emerge como um privilégio. A emergência global não apenas aprofundou desigualdades estruturais, como agravou as múltiplas formas de violência associadas a elas. No Brasil, segundo o FBSP, o número de [ocorrências por feminicídio aumentou em diversas regiões](#), ainda que as denúncias tenham diminuído, uma vez que o isolamento social alarga em tempo e diminui em espaço a proximidade entre violador e vítima. A violência estrutural, por seu turno, revela-se no colapso dos sistemas de saúde pública e crescente registros de mortes evitáveis, como alertou um grupo de instituições voltadas à proteção dos direitos humanos [no dia 16 de maio](#). Com efeito, enquanto estudos da Fiocruz apontam o aumento de óbitos por covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, onde o saneamento básico é no mínimo precário e o distanciamento social muitas vezes não é possível, os dados apresentados por [organismos oficiais trabalham com números quase três vezes menores](#). No entanto, a falta de uma política adequada para a realização de testes em massa, como recomenda a OMS, impede-nos de conhecer a real situação desses territórios.

O isolamento social, para aqueles que o mantêm, entra em seu terceiro mês e nossos governos começam a implementar programas para voltarmos à normalidade, mapeando os níveis de risco em semáforos ou bandeiras. A resiliência social é testada e monitorada: por gráficos em curva identificamos as populações mais e menos infectadas, as classificamos e etiquetamos por cor, do vermelho ao verde. Às populações em vermelho, prescreve-se o *lockdown*; às populações em verde, a normalidade. Verde para um novo normal. Porém, como será essa normalidade?

“Uma nova normalidade” é o título do movimento criado pelo Conselho Latino-Americano de Investigação para a Paz (Claip), cujo *slogan* “Uma Nova Normalidade é possível e necessária” convida cidadãos latino-americanos e ao redor do mundo a refletir sobre o passado, presente e futuro de nossas sociedades. Nosso objetivo é “estimular o compromisso cidadão com a construção participativa de uma nova normalidade justa e necessária, por meio da conscientização e reflexão coletiva”. Iniciada no dia 14 de maio, esse movimento de comunicação para a paz visa ainda, através da ação coletiva, a tensionar as estruturas, narrativas e práticas que antes considerávamos normais.

Resiliência não significa somente resistência ou adaptação, é também transformação. Vamos nos conformar em viver num mundo enfermo? Adaptarmo-nos a conviver com mais um fator de risco enquanto esperamos

uma nova pandemia? E quanto aos outros riscos e vulnerabilidades com os quais já nos conformamos em viver? Se considerarmos a gravidade de uma pandemia com base no número de óbitos ao redor do mundo, quase todos os anos morrem mais de 400 mil pessoas por armas de fogo; só em 2019, cerca de 50 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica (UNODC, 2019) e a fome atingiu 820 milhões de pessoas (FAO, 2019).

Pensemos a respeito, a crise atual não emergiu em um vácuo. Se considerarmos a multiplicidade de riscos aos quais nos submetemos diariamente, ainda teremos uma vaga noção de quão vulneráveis somos. No entanto, é impossível enfrentar uma enfermidade ou nossa própria vulnerabilidade como se fosse uma guerra. Contra quem, se o vírus é endógeno? Nós mesmos? Nossos vizinhos? Ao redor do mundo, fala-se na guerra ou combate ao novo coronavírus, em linhas de batalha, vítimas infectadas, resistência física e resiliência social.

Apontando uma via alternativa, o movimento latino-americano “Uma nova normalidade é possível e necessária” convida-nos a pensar em outras narrativas possíveis: de cooperação, inclusão, solidariedade e transformação social. O movimento nos incentiva a construir juntos ao invés de resistir em separado, a transformarmos nossa realidade ao invés de nos adaptarmos a ela e a procurar novas formas de convívio entre nós e com o ambiente em que vivemos.

Para aqueles que desejarem se engajar nessa reflexão, convidamos a participarem da campanha “Uma nova normalidade”, firmando o manifesto que está on-line (unanuevanormalidad.org e change.org) e difundindo a campanha em suas mídias sociais (#umanovanormalidade; #unanuevanormalidad). É o momento perfeito para refletir sobre o futuro para o qual queremos voltar e o que propomos é um instrumento para essa reflexão.